Fernando de Albuquerque Flórido

PREFÁCIO | ROLF MADALENO

O Abandono Afetivo no Direito Brasileiro

Diálogos entre Responsabilidade Civil e Direito de Família

editora Lumen Juris Rio de Janeiro 2021

Copyright © 2021 by Fernando de Albuquerque Flórido

Categoria: Direito Civil

Produção Editorial Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA. não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F636a

Flórido, Fernando de Albuquerque

O abandono afetivo no direito brasileiro : diálogos entre responsabilidade civil e direito de família / Fernando de Albuquerque Flórido. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021. 130 p.; 21 cm.

Bibliografia: p. 105-115.

ISBN 978-65-5510-530-8

1. Direito de família. 2. Responsabilidade civil. 3. Abandono afetivo. 4. Direito - Brasil. I. Título.

CDD 346

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – A Tutela da Família e o Direito	7
1.1 Conceito e histórico de família	7
1.2 A proteção da família na Constituição Federal de 1988	16
1.3 Dignidade Humana e Tutela Transindividual Familiar	19
Capítulo 2 – Parentalidade e Poder Familiar	25
2.1 Poder familiar: aspectos legais e doutrinários	25
2.2 Da importância do afeto nas relações familiares	33
2.3 Do abandono afetivo-filial	36
Capítulo 3 – A Responsabilidade Civil Decorrente de Relação Familiar no Ordenamento Jurídico Brasileiro	41
3.1 Responsabilidade civil: conceito, pressupostos e espécies	41
3.2 A compensação judicial do abandono afetivo	
3.2.1 Tutela declaratória	
3.2.2 Tutela condenatória	
3.3 Dano extrapatrimonial sujeito à compensação	
3.4 Prazo prescricional aplicável à pretensão	
3.5 Entendimento jurisprudencial e o Recurso Especial n.º 1.159.242 – SP	77
Considerações Finais	83
Anexos	

STJ00112287

Anexo 1 - Depoimentos Anônimos	89
Referências Bibliográficas	105